



S.

R.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº2 – 2021

----- Aos dez dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e um, pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal deste concelho, no Auditório Municipal do Edifício Monsenhor Nunes Pereira, com vinte e três presenças, cujas assinaturas constam do respetivo livro de presenças.-----

----- Nos termos do nº 3 do Artigo 46º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Mesa foi composta pelo Senhor Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias, pelo 1º Secretário, Maria Leonor Barata Teixeira Coelho e pelo 2º Secretário, Joel Fonseca Machado dos Santos.-----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Presidente da Assembleia, José Alberto Pacheco Brito Dias abriu a sessão, começando por saudar o Senhor Presidente da Câmara, Jorge Alves Custódio. Saudou a Senhora Vice-Presidente Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé e os Senhores Vereadores Rui Jorge Fernandes Simão, Ricardo Miguel Vicente Serra e João dos Santos Alves. Cumprimentou os Senhores Deputados Municipais, os funcionários de apoio à Assembleia e o público presente na sala.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia congratulou-se pelo número de presenças nesta sessão e referiu que estavam no local indicado para a discussão de assuntos de Interesse para o Concelho da Pampilhosa da Serra, em detrimento das discussões redutoras e inconsequentes nas redes sociais. Assim, felicitou os presentes pelo seu interesse na participação ativa nas decisões deste Órgão em prol do desenvolvimento do Concelho da Pampilhosa da Serra.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou que, para o cumprimento do Regimento desta Assembleia, dever-se-ia ter em conta o seguinte:-----

----- Os Senhores Deputados teriam a liberdade para intervir sobre assuntos, que não constassem da Ordem de Trabalhos, de interesse para os municípios e para Concelho de Pampilhosa da Serra, no Período Antes da Ordem do Dia.-----

----- As manifestações de interesse para Intervenção, no Período Aberto ao Público, careciam de inscrição prévia junto do Secretariado, em documento próprio regulado pelo Regimento desta Assembleia. -----

----- O Senhor Presidente informou que, alguns dos pontos da Ordem de Trabalhos careciam de aprovação em minuta, para produzir efeitos imediatos, pelo que, colocou à votação esta questão



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e, não havendo ninguém a opor-se, foi aprovada por unanimidade.-----

1.1 – Leitura do Expediente

----- O Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias, deu a conhecer a correspondência recebida entre a última sessão da Assembleia Municipal e a presente, e que era a seguinte:-----

- Ofício da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens que dava conta que, após as Eleições Autárquicas, os comissários eleitos neste organismo manter-se-iam em funções até ao final do seu mandato das CPCJ;-----

- Ofício do Senhor Deputado António Gonçalves do Partido Socialista que manifestou a sua «estraneza e perplexidade pelo facto de na Ordem de Trabalhos em título constar 2.5 – Eleição do representante do Partido Socialista para suplente na Assembleia Intermunicipal da CIM», considerando que a eleição ocorrida na primeira sessão da Assembleia Municipal, no dia 16.10.2021, não é válida. Desta forma, propõe «que o ponto 2.5 da Ordem de Trabalhos passe a ser: - Eleição dos membros da CIM Colmbra.»-----

- Convite da Comissão de Melhoramentos das Malhadas da Serra para estar presente, para almoço de Natal, no dia 11 de dezembro;-----

- Ofício do Dr. António Afonso da Associação Nacional das Assembleias Municipais a informar que, em breve, enviará dois exemplares do Guia Prático das Assembleias Municipais. No mesmo ofício, remetia a informação sobre os montantes que deverão ser pagos, caso a Assembleia Municipal pretenda associar-se.-----

- Ofício com as informações relativas ao XXV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;-----

- Ofício da Associação Nacional das Assembleias Municipais com a informação do direito às Senhas de Presença na 1.ª Reunião da Assembleia Municipal;-----

- Ofício da Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro a felicitar o Senhor Presidente, José Brito, pela eleição;-----

- Convite da Comissão de Melhoramentos das Malhadas da Serra para estar presente, para almoço de convívio e Magusto, no dia 31 de outubro;-----

----- Após a leitura da correspondência, o Senhor Presidente informou que a mesma se encontra à disposição dos senhores Deputados para consulta.-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1.2 – Outros Assuntos

1.2.1 – Designação do Secretário das Reuniões da Assembleia Municipal

----- O Senhor Presidente, José Brito, informou que a técnica do Município, Cidália Maria dos Reis Almada, iria secretariar as sessões da Assembleia Municipal, tendo em conta que a funcionária, que exercia essas funções, Maria Olímpia Lucas, estaria num período de transição para a Reforma agradecendo todo o empenho e brio com que sempre cumprira a suas funções.-

----- O Senhor Presidente deu a palavra aos Senhores Deputados.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, António Caetano, que saudou os presentes e deu início à sua intervenção, referindo que se iniciou uma «Nova Era» e que, estava nas mãos de todos, o desenvolvimento do Concelho de Pampilhosa da Serra.-----

----- Alertou para os tempos difíceis que se esperam, porém se houver união, respeito, honestidade e verticalidade no desempenho de todos, os objetivos serão alcançados, porque, acima de tudo, está a Bandeira da Pampilhosa da Serra.-----

----- Seguidamente pediu a palavra o Senhor Deputado, Carlos Alberto Ramos Dias, que após saudar os presentes, deu início à sua intervenção, com uma questão direcionada ao Executivo - «Em que situação se encontra o cumprimento do protocolo entre a APIN e o Município de Pampilhosa da Serra na rubrica «Manutenção e Obras ao Sistema de Abastecimento de Águas aos Municípios?»». A pertinência da questão dever-se-ia à realidade da canalização da Póvoa e de outras aldeias, que ainda mantêm canos lusos.-----

----- O Senhor Presidente, José Brito, antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, Jorge Custódio, interveio para questionar se haveria mais deputados a querer intervir, no Período Antes da Ordem do Dia, para que o Senhor Presidente, Jorge Custódio pudesse, posteriormente, proceder às explicações das questões avançadas neste período.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, António Gonçalves, que saudou os presentes e deu início à sua intervenção, revelando a sua preocupação com a realidade da Saúde do Concelho, focando a carência de médicos, que era sabida de todos, para uma população envelhecida com problemas de deslocação num território distante de valências hospitalares. Conotou a situação de gravíssima e inaceitável e, disse não aceitar a justificação de que aquela situação era um problema do governo central, porque, na sua opinião, o município terá muito a fazer na área da Saúde como pressionar, exigir e agir urgentemente.-----

----- Seguidamente, questionou o Executivo Municipal sobre a intenção da instalação do Parque Solar e de produção de hidrogénio no Alto do Ceira e, se já houve avaliação de risco desse



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

projeto na paisagem. Referiu saber das diligências da Junta de Freguesia de Fajão-Vidual junto dos fregueses e, nesse sentido, pretendia ser elucidado, pelo Executivo, sobre esse Projeto. ----

----- Concluiu a sua intervenção, o Senhor Deputado, António Gonçalves, imputando o Executivo de procedimentos de chantagem/ameaça para retirar a água aos habitantes da Castanheira da Serra e de intenções de expropriação de terrenos do Alto do Celra para a edificação do Projeto do Parque Solar para a produção de hidrogénio.-----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente, José Brito, pediu alguma contenção, nas intervenções futuras, para que se pudesse cumprir o Regimento e dar seguimento à Ordem de Trabalhos. Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, esclareceu os presentes, no que respeita à Castanheira da Serra, referindo que eram os únicos munícipes a quem não era cobrada a água e a recolha de lixos.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente, Jorge Custódio, que saudou os presentes e reiterou as palavras do Senhor Presidente da Assembleia congratulando - se pelo número de presenças na sessão e que tal promovia uma democracia ativa e participativa. De seguida, frisou a necessidade de respeito pela opinião de todos e da luta de todos pela bandeira do concelho.-----

----- Após a breve nota introdutória, o Senhor Presidente, Jorge Custódio, respondeu às questões elencadas:-----

----- Relativamente à pergunta do Senhor Deputado, Carlos Alberto Ramos Dias, no que concerne à rubrica *Manutenção e Obras ao Sistema de Abastecimento de Águas aos Munícipes* do protocolo entre o concelho e a APIN, o Senhor Presidente, Jorge Custódio, referiu que havia um acompanhamento constante do plano de atividades da empresa, no que respeita a Investimento e obras.-----

----- No caso particular da Póvoa, acrescia a informação de que a Câmara Municipal investiu no projeto de execução para fazer o saneamento da aldeia, porque aquela a par de outras aldeias, tinha um sistema de distribuição de águas deficitário e urgia a sua substituição. Nesse sentido, o projeto foi elaborado para a rede de águas e saneamento, mas a candidatura ao POSEUR do mesmo fora reprovada. Face à saída de Penacova da APIN e à consequente reorganização dos financiamentos europeus, a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra está a tentar alocar novas verbas do POSEUR ao projeto da Póvoa para que se substituísse, definitivamente, as condutas de água, de saneamento e se executasse melhorias de repavimentação.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado, António Gonçalves, Jorge Custódio informou que o Executivo Camarário tem feito todas as diligências junto da ACES para a contratação de mais



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

profissionais de saúde e que, dois dias após a tomada de posse, reuniu com o diretor do ACES, porque no seu entender seria ele que, enquanto coordenador dos serviços, que poderia ter a solução da saúde, que não é um problema só do concelho, mas um problema nacional. Continuou frisando que o diretor do ACES, apesar da existência de dois lugares preenchidos por clínicos de baixa, aceitou, no verão, abrir concurso para o recrutamento de dois médicos, porém esse concurso ficou deserto. Ainda assim, após a reunião de outubro com o Executivo, o diretor cedeu à pressão do município e reiterou que haveria novo procedimento concursal, até ao final do ano, para a colocação de dois médicos. Esta responsabilidade não era do município, porém o município tem feito tudo o que está ao seu alcance para que, efetivamente, se resolvesse esta situação, pressionando o ACES e articulando medidas de incentivo para colocação de profissionais como a gratuidade de habitação, entre outras, que foram remetidas à ARS – Coimbra e do ACES, por escrito, como bolsa de mais valias para o recrutamento. Acrescentou que a contratação de médicos privados não resolvia o problema, porque o que a Pampilhosa da Serra precisava era de médicos do Sistema Nacional de Saúde, uma vez que apenas estes podiam acompanhar, verdadeiramente, a situação clínica da população.-----

----- Para concluir a resposta à questão da saúde, o Senhor Presidente lembrou que o concelho de Pampilhosa da Serra era um dos poucos concelhos do centro que tem SAP aberto 24 horas e, que o município tem pressionado a quem de direito para que se tratasse de forma diferente um concelho que é diferente, porque se grande parte da população é idosa dever-se-ia tratar de uma forma mais focalizada nessa faixa etária, não descurando as outras. Aditou que o município tem dado todo o apoio desde o transporte de utentes a materiais e até a construção do próprio edifício do Centro de Saúde coube ao Município.-----

----- Respetivamente à Instalação do Parque Solar e Parque de produção de hidrogénio, o senhor Presidente, Jorge Custódio, afirmou que era, apenas, uma possibilidade entre outras advindas de contactos externos à Câmara Municipal. Esta recebe todos os que têm Interesse no concelho e interesse em investir na Pampilhosa da Serra. Deu a informação desta intenção à Junta de Freguesia de Fajão-Vidua como demonstração de Interesse de uma empresa para a instalação de um Parque Solar e Parque de Hidrogénio no Alto do Celra e, que não havia mais Informação por se tratar somente de uma possibilidade manifestada no interesse em investir no Concelho, pelas suas características, sobre a qual ainda não haveria mais desenvolvimentos.-----

----- Por fim e, em continuidade de resposta às questões do Senhor Deputado, António Gonçalves, o Senhor Presidente da Câmara Municipal retorquiu que a população da Castanheira da Serra era favorecida em relação às restantes aldeias, pelo que já fora proferido pelo Senhor



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente José Brito e, que não havia chantagem alguma. Os caminhos municipais são do domínio público e não era adequado fazer repavimentações, enquanto a(o) canalização/saneamento não fosse alterada(o). Acrescentou que Câmara Municipal faria a repavimentação e a organização das ruas, quando fosse solucionado o problema das condutas de águas.-----

----- Não havendo mais ninguém a querer Intervir, passou-se ao Período da Ordem de Dia.-----

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – Apreciação das Atividades Administrativas e Financeiras da Câmara Municipal, nos termos do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente, Jorge Custódio que, dando cumprimento à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, artigos 25º, iniciou a sua intervenção dando a conhecer a situação financeira da Autarquia, em 07/12/2021, e também, nos termos da Lei, o conteúdo do diário de tesouraria da referida data, bem como da tramitação jurídica dos processos em que são intervenientes o Município, as Freguesias e as Assembleias de Compartes e que estão confiados ao Consultor Jurídico da Autarquia, Dr. Pedro Pereira Alves. Seguidamente deu conhecimento à Assembleia Municipal das atividades da Câmara Municipal desenvolvidas desde a última sessão, realizada em 03 de setembro de 2021, pela ordem constante da informação escrita, previamente entregue aos Senhores Deputados e foi assinalando as obras em curso ou concluídas, no que diz respeito a Vias Municipais e Arruamentos; a trabalhos realizados e eventos levados a efeito quanto a Educação, Cultura, Turismo, Desporto e Ação Social, a Águas, Lixos, Saneamento, Ambiente e Outros, bem como a atribuição de subsídios/transferências a instituições do Concelho e a entidades, nas quais o Município tem representação, sobre os quais prestou esclarecimentos relativamente ao destino que lhes é dado.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2.2 – Regime de Exclusividade e Incompatibilidades do Presidente da Câmara

----- Em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 18 de outubro de 2021, para efeitos do disposto no artigo 3º da Lei nº 29/87, de 30 de junho, e posteriores alterações, o Senhor Presidente Jorge Alves Custódio, comunicou ao restante Executivo, para ser presente à Assembleia Municipal, que exerce as funções em regime de exclusividade e que, na qualidade de Presidente da Câmara, representa o Município e diversas entidades associadas, não usufruindo



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do por isso quaisquer outras remunerações.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2.3 – Regime de Exclusividade e Incompatibilidades dos Vereadores

----- Em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 18 de outubro de 2021, para efeitos do disposto no artigo 3º da Lei nº 29/87, de 30 de junho, e posteriores alterações, a Senhora Vice-Presidente Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé e o Senhor vereador, Rui Jorge Fernandes Simão, comunicaram ao restante Executivo, para ser presente à Assembleia Municipal, que exercem as funções em regime de exclusividade e que, na qualidade que detêm, representam o Município e diversas entidades associadas, não usufruindo por isso quaisquer outras remunerações.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2.4 – Execução de Obras por Administração Direta - Pedido de Autorização à Assembleia Municipal

----- A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 18 de outubro de 2021, aprovou por unanimidade e submete à aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte Proposta do Senhor Presidente da Câmara:-----

----- O Município é detentor de meios técnicos, equipamentos e recursos humanos com capacidade para realizar obras por administração direta, de valor superior a 149.639,37 Euros.-

----- A experiência adquirida, quer no que concerne às áreas de Saneamento Básico e Vias Municipais, tem o Município tirado benefícios, no aproveitamento dos seus recursos na realização de obras por administração direta. Ponderando o interesse do Município, propõe-se:--

----- Que nos termos do nº 2 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho, conjugado com o disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, autorize para o presente mandato, a realização de obras por Administração Direta, até ao valor de um milhão, duzentos e cinquenta mil euros (1.250.000,00 €), sem prejuízo dos procedimentos iniciados ou autorizados.-----

----- Após as explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara e não havendo ninguém a querer intervir, foi colocado à votação o assunto em apreço, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.-----



[Handwritten signatures and initials]

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.5 – Eleição do representante do Partido Socialista para suplente na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal de Coimbra

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, evocando o requerimento do Senhor Deputado do Partido Socialista, António Gonçalves, a pedir a alteração deste ponto da Ordem de Trabalhos, referiu que era Impróprio anular a decisão da primeira sessão desta Assembleia, no dia dezasseis de outubro do corrente ano e, que a votação fora feita de acordo com a lei. Acrescia a Informação de que, se o cabeça de lista do Partido Socialista não concordava com o seu nome como elemento suplente, teria de haver nova votação para membro suplente à Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal de Coimbra - CIM. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, António Gonçalves, que manifestou o seu desagrado pelo seu nome constar da lista eleita na referida sessão. Considerou que a eleição não fora canónica, por nela constar o seu nome sem consulta e autorização prévia.-----

----- O Senhor Presidente, José Brito, propôs que se fizesse a votação, por escrutínio secreto, para eleição de um dos quatro membros do Partido Socialista eleitos para esta Assembleia, para membro suplente da Assembleia Intermunicipal da CIM.-----

----- Pediu a palavra o Senhor Deputado, Carlos Alberto Ramos Dias, que referiu que não aceitava que o seu nome constasse na votação.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, José Antunes, que propôs que se elege-se um deputado do PSD, uma vez que nenhum deputado do PS era favorável a esta votação.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, António Caetano, que considerou que se deveria respeitar a decisão dos Senhores Deputados da Bancada Socialista, que Intervieram, de não aceitarem a votação e sugeriu que se avançasse na Ordem de Trabalhos.-----

----- O Senhor Presidente, José Brito, perguntou se haveria mais alguém da Bancada Socialista a rejeitar este ponto.-----

----- Todos os deputados do Partido do Socialista rejeitaram a votação, não aceitando ser eleitos como suplentes à CIM – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.-----

----- O Senhor Presidente, José Brito, informou que, face à recusa dos quatro elementos da bancada do Partido Socialista em serem sujeitos a escrutínio secreto para o lugar de suplente da Assembleia Intermunicipal da CIM - RC, a Assembleia Municipal de Pampilhosa da Serra seria representada pelos dois elementos efetivos, eleitos na primeira sessão desta Assembleia, no dia dezasseis de outubro de dois mil e vinte e um: o deputado José Alberto Pacheco Brito Dias – PPD/PSD e a deputada Nélia Maria Antunes Martins dos Santos - PPD/PSD. Esta Informação seria comunicada à CIM.-----



S.

R.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2.6 – Eleição de representante das Juntas de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal

----- O Senhor Presidente José Brito comunicou que havia a necessidade de eleger um representante das Juntas de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal, nos termos do art.º157 do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de novembro.-----

----- Foi presente uma única lista proposta pela bancada do Partido Social Democrata, com o seguinte nome para a eleição de um representante, dos Presidentes de Junta de Freguesia, para o Conselho Cinegético Municipal:-----

----- Representante efetivo: José de Jesus Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Janelro de Baixo.-----

----- Colocada à votação, foi aprovada por maioria com um voto em branco.-----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.-----

2.7 - Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Brito, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Foi presente o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2022, no valor de 15.984.050,00 € e 10.480.139,00 €, respetivamente.-----

----- O Senhor Presidente, Jorge Custódio, informou a Assembleia Municipal do programa e objetivos que presidiram à elaboração dos respetivos documentos, na base dos anseios da população do concelho de Pampilhosa da Serra e a metodologia elaborada plasmada nos documentos para o ano financeiro de 2022.-----

----- Mais informou, que a Câmara Municipal, em reunião ordinária do dia 29 de novembro de 2021, aprovou por maioria com uma abstenção do Senhor Vereador, Ricardo Serra e, submete à aprovação da Assembleia Municipal, o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2022, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Dada a palavra aos membros da Assembleia e após estes formularem as questões relacionadas com os documentos acima mencionados, o Sr. Presidente da Câmara respondeu

S.



R.

[Handwritten signatures and initials]

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aos respetivos membros de acordo com as questões apresentadas.-----

----- Colocados à votação os documentos do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2022, foram os mesmos aprovados por maioria com dezoito votos a favor do Partido Social Democrata, quatro votos contra do Partido Socialista e uma abstenção do Partido CDS – Partido Popular.-----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.-----

2.8 – Mapa de Pessoal para o ano 2022

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Pelo Sr. Presidente Jorge Custódio foi dito o seguinte:-----

----- A Lei nº 35/2014, de 20 de junho estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.-----

----- Determina o artigo 29º da referida Lei, que órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a execução.-----

----- Nestes termos, foi presente o Mapa de Pessoal do Município de Pampilhosa da Serra para o ano 2022 aprovado por unanimidade, em reunião ordinária do Executivo Camarário realizada no dia 29 de novembro de 2021, e que se submete à Assembleia Municipal.-----

----- Dada a palavra aos membros da Assembleia e após estes formularem as questões relacionadas com o documento acima mencionado, o Senhor Presidente da Câmara respondeu aos respetivos membros de acordo com as questões apresentadas.-----

----- Foi posto à votação este ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovado por maioria com dezanove votos a favor e quatro votos contra do Partido Socialista.-----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.-----

2.9 – Projeto de Reestruturação da Organização dos Serviços da Câmara Municipal

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

S.



R.

[Handwritten signatures and initials]

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Pelo Sr. Presidente Jorge Custódio foi dito o seguinte:-----

----- A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 29 de novembro do corrente ano, aprovou por unanimidade e submete à Assembleia Municipal o seguinte:-----

----- Atendendo às competências e atribuições dos Municípios, constantes do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e à transferência de competências que recentemente ocorreram para os Municípios, pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, impõe-se a necessidade de efetuar uma reestruturação dos serviços, conforme estipulado no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual.--

----- A consolidação da autonomia do Poder Local Democrático, traduzida pela progressiva descentralização de atribuições, em diversas áreas de atuação, para as Autarquias Locais, pressupõe uma organização dos serviços autárquicos, que seja eficaz e célere para possibilitar uma melhor resposta às solicitações decorrentes das atribuições dos Municípios e competências dos órgãos municipais.-----

----- Neste novo enquadramento organizacional mantêm-se o equilíbrio na distribuição de funções, a concentração de meios em funções de suporte, com recurso crescente a novas tecnologias, e a focalização em áreas de expansão ou de Interesse estratégico do Município, a pensar na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos deste concelho.-----

----- A reestruturação que agora se preconiza prevê a alteração de alguns serviços e estruturas já existentes, permitindo enfatizar determinadas áreas que se consideram fundamentais da atividade municipal, tendo em conta, nomeadamente, o atual contexto socioeconómico.-----

----- Nos termos do disposto no artigo 6.º Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar o modelo de estrutura orgânica e a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares, bem como definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, de subunidades orgânicas e de equipas de projeto.-----

----- Assim, para a organização, estrutura e funcionamento dos serviços da administração municipal, propõe-se o seguinte:-----

1) Modelo estrutura orgânica-----

----- A organização interna dos serviços municipais adota o modelo de estrutura hierarquizada, constituída por uma unidade orgânica nuclear, por unidades orgânicas flexíveis e, ainda, por uma subunidade orgânica.-----

2) Estrutura Nuclear-----

----- 1 (um) departamento municipal - Departamento de Obras e Urbanismo (DOU), dirigido por

S.



R.

[Handwritten signatures]

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um diretor de departamento, correspondente a cargo de direção Intermédia de 1.º grau.-----

3) Número máximo total de unidades orgânicas flexíveis -----

----- a) 4 (quatro) unidades orgânicas flexíveis — divisões municipais, dirigidas por chefe de divisão, cargo de direção Intermédia de 2.º grau:-----

----- I) Divisão Administrativa - DA;-----

----- II) Divisão de Desenvolvimento Municipal - DDM;-----

----- III) Divisão Soclocultural e Educativa - DCSE;-----

----- IV) Divisão de Obras Municipais e Ambiente (DOMA).-----

----- b) 2 (duas) unidades orgânicas flexíveis operacionais ou instrumentais de gestão de áreas específicas de atuação do Município — unidade, dirigida por titular de cargo de direção intermédia de 3.º grau, designado por Chefe de Unidade (ou chefe de divisão quando diretamente dependente do Presidente da Câmara): -----

----- I) Unidade Orgânica - Divisão Financeira (DF); -----

----- II) Unidade Orgânica - Unidade de Estudos e Projetos (UEP).-----

4) Número máximo total de subunidades orgânicas -----

----- 1 (uma) Subunidade Orgânica Administrativa - Secção Administrativa.-----

5) Número máximo de equipas de projeto do Município 2 (duas)-----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, foi posto à votação este ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovado por maioria com vinte votos a favor e três abstenções do Partido Socialista.-----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.-----

2.10 - Projeto de Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Pampilhosa da Serra

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Pelo Sr. Presidente Jorge Custódio foi dito o seguinte:-----

----- A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 29 de novembro do corrente ano, aprovou por unanimidade e submete à Assembleia Municipal o seguinte:-----

----- Com a aprovação desta nova estrutura, e tendo em atenção que o atual Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Pampilhosa da Serra, já existe desde 2013, tendo



S.

R.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sofrido diversas alterações, submete-se a aprovação da Assembleia Municipal, um novo regulamente para ser publicado em Diário da República, substituindo o existente que foi publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 6, de 9 de janeiro de 2013, com as alterações, publicadas na 2.ª série do Diário da República, n.º 134, de 15 de julho de 2014, 2.ª série do Diário da República, n.º 99, de 22 de maio de 2015, 2.ª série do Diário da República, n.º 19, de 26 de janeiro de 2017, e 2.ª série do Diário da República, n.º 122 de 27 de junho de 2018.-----

----- Este novo projeto de Regulamento, em anexo, prevê o seguinte:-----

----- a) Estrutura Nuclear: a estrutura nuclear é uma estrutura fixa composta por um Departamento Municipal. O Departamento Municipal é uma unidade orgânica de caráter permanente, com competências de âmbito operativo e instrumental, Integrada numa mesma área funcional, concebendo-se, essencialmente, como uma unidade de planeamento, de direção e de gestão de recursos e atividades de ampla abrangência municipal;-----

----- b) Estrutura Flexível: a estrutura flexível é composta por unidades orgânicas flexíveis, dirigidas por dirigentes Intermedios de 2.º grau (chefes de divisão municipal) e de dirigentes de intermedios de 3.º grau (chefes de unidade). Estas unidades visam assegurar a sua permanente adequação às necessidades de funcionamento e de otimização dos recursos, cujas competências, de âmbito operativo e instrumental, integradas, numa mesma área funcional, se traduzem, fundamentalmente, em unidades técnicas de organização e execução definidas pela Câmara Municipal;-----

----- c) Subunidades Orgânicas: são unidades que, no âmbito das unidades orgânicas, quando se trate predominantemente de funções de natureza executiva e de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, nas áreas comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços, podem existir, dentro dos limites estabelecidos pela Assembleia Municipal e legislação aplicável, sendo coordenadas por um coordenador técnico;-----

----- d) Gabinetes: serviços de apoio a órgãos municipais, departamentos ou unidades orgânicas, de natureza técnica e administrativa.-----

----- Não havendo ninguém a querer Intervir, foi posto à votação este ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovado por maioria com vinte votos a favor e três abstenções do Partido Socialista.-----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em

S.



R.

[Handwritten signatures]

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

epígrafe.-----

2.11 – Prestação de Serviços na área de Multimédia – Autorização para a assunção dos compromissos plurianuais

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Pelo Sr. Presidente Jorge Custódio foi dito o seguinte:-----

----- Considerando o aumento excecional de trabalho, relativamente à criação de produtos multimédia, nomeadamente na recolha, promoção e divulgação de matérias noticiosas e promocionais de interesse para a Concelho;-----

----- Considerando a necessidade de desenvolver funções no âmbito dos audiovisuais e multimédia, operando equipamentos adequados, de modo a apolar as atividades do município em tudo o que estiver relacionado com os meios audiovisuais e assegurar a manutenção e o acondicionamento daqueles meios;-----

----- Considerando que o "Centro de Comunicação da Natureza" – CCN, é um canal online concebido para perpetuar memórias, recuperar o passado e acompanhar atentamente o presente do concelho de Pampilhosa da Serra levando aos Municípios, com proximidade e rigor, tudo o que acontece no concelho, desde a saúde ao desporto, passando pela cultura, o desenvolvimento, o turismo ou a educação, valorizando, deste modo, a identidade e as gentes do território;-----

----- Nesse sentido, e globalmente, são necessários profissionais, para reforçar a equipe existente, que possam assegurar e desempenhar quaisquer funções associadas à gestão, conceção, planeamento e desenvolvimento de produções audiovisuais para diferentes suportes e meios de divulgação, bem como difusão audiovisual e suporte audiovisual a eventos. Em particular, estes profissionais podem desempenhar funções em equipas multidisciplinares, para realização e direção audiovisual, operação de câmara/luz/som, direção fotográfica, edição de imagem, som e vídeo, registo, apoio e difusão de eventos;-----

----- Submete-se à consideração a presente proposta, que objetiva a aquisição de serviços, em regime de contrato de tarefa, de dois técnicos profissionais na área de Multimédia.-----

----- A alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA), dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

S.



R.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Neste sentido, a Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 25 de outubro de 2021, deliberou por unanimidade aprovar e solicita à Assembleia Municipal que:-----

1 – Delibere autorizar a assunção dos compromissos plurianuais, por um total previsível de 18.000,00€, sem IVA, estando previsto gastar 3.000,00 € em 2021 e 15.000,00 € em 2022.----

----- Informa-se que, em caso de deliberação favorável, a competência para abertura do procedimento e a eventual adjudicação, pertence ao Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Carlos Alberto Ramos Dias, que felicitou o executivo pelo projeto do CCN e, de seguida, questionou o Senhor Presidente, Jorge Custódio, pela razão de não terem sido feitas entrevistas ao vereador eleito pelo Partido Socialista.-----

----- O Presidente da Câmara esclareceu o Senhor Deputado referindo que os entrevistados foram os vereadores com pelouros atribuídos para darem conta dos ensejos que designam para as pastas que lhes foram atribuídas .-----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, foi posto à votação este ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovado por maioria com vinte e um votos a favor e duas abstenções do Partido Socialista.-----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.-----

2.12 – Comparticipação_Projeto do CadaSRTu RC – Cadastro Simplificado do Território Rústico - Balcões BUpi – Autorização para a assunção dos compromissos plurianuais

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Pelo Sr. Presidente Jorge Custódio foi dito o seguinte:-----

----- O Conselho Intermunicipal da CIM-RC deliberou, avançar com a apresentação de uma candidatura, que tem como intuito reforçar a capacidade institucional da administração local para o exercício das competências que lhe são confiadas pela lei na organização e no desenvolvimento do sistema de informação cadastral simplificada. Pretende-se em concreto implementar medidas conducentes à promoção do procedimento de representação gráfica georreferenciada (RGG), relativa ao Sistema de Informação Cadastral Simplificado, no território dos municípios aderentes da CIM-RC, que não dispõem de cadastro geométrico da propriedade rústica ou cadastro predial.-----

----- Nesta sequência, foi aprovada a candidatura CENTRO-08-5762-FSE-000009, com um valor



S.

R.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estimado global de investimento elegível de 888.828,00 €.

----- O preço contratual de cada Representação Gráfica Georreferenciada (RGG) é de 1,50 €, a -
crescido de Imposto Sobre o Valor Acrescido, à taxa legal em vigor. O valor do contrato foi
obtido através da multiplicação do preço contratual unitário por 592.552, que será o número
máximo de matrizes a representar.

----- Este Investimento está relacionado com as restantes componentes constantes da
candidatura - ações de sensibilização, consultoria e assessoria documental e financeira, ações
de capacitação e acessória jurídico-notarial, serviços técnicos de registo e foto de interpretação,
publicidade de comunicação, despesas de coordenador do projeto da própria CIM-RC e ainda a
aquisição de software especializado, e cabe a cada um dos municípios assegurar, junto da CIM-
RC, a componente de autofinanciamento.

----- Neste caso, a repartição deste encargo pelos 17 municípios será, em regra, Indexada
proporcionalmente ao número de matrizes de cada um dos territórios (ao Município da
Pampilhosa da Serra cabe 7,14 %) e, em duas componentes de valor residual, em partes iguais
pelos municípios.

----- Em suma, a comparticipação financeira a assumir pelo Município, da parte correspondente
do autofinanciamento:

2021	2022	2023
Corrente: 1.301,18 €	7.807,07 €	2.603,36 €

----- No âmbito da execução das componentes que cabem à CIM-RC, encontra-se em fase de
preparação um processo de envio para o Tribunal de Contas para obtenção de visto de um
contrato de prestação de serviços de submissão de Representações Gráficas Georreferenciadas
(RGGs) na plataforma BUPI.

----- Sobre a questão da assunção dos compromissos/encargos plurianuais, importa informar
que:

- A autorização prévia para assunção do compromisso plurianual, nos termos previstos no artigo
6º da Lei nº8/2012, de 21 de junho, conforme preveem os nºs 5 e 8 do artigo 111º da Lei
nº75-B/2020, de 31 de dezembro, foi dada quando da aprovação dos documentos previsionais
para 2021.

- Acresce ainda que o disposto nos nºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº197/99, de 8 de
junho, na sua atual redação, se aplica à situação em concreto, dado que é necessária a
autorização prévia da Assembleia Municipal para a realização de despesas que deem origem a
encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja da sua realização,

S.



R.

[Handwritten signatures and initials]

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quando os seus encargos excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes (os valores em causa são inferiores);-----

- As Grandes Opções do Plano do ano de 2021 preveem, na ação 04 430 2021/2023 – 1 (Outras funções – Transferências para a CIM-RC – Transferências correntes), para os anos seguintes em causa, o valor necessário para acautelar a parte corrente que cabe ao Município participar (para 2022 tem dotação de 7.807,07 € e para 2023 de 2.603,36 €).-----

----- Relativamente às despesas do ano de 2021, as mesmas foram cabimentadas e comprometidas na rubrica orçamental 0102/04050104 – (Transferências correntes – Administração local – Associações de Municípios) e no projeto das Grandes Opções do Plano com a designação 04 430 2021/2023-1 (Outras funções – Transferências para a CIM-RC – Transferências correntes), para a parte corrente.-----

----- Face ao exposto, propõe-se a aprovação, nos termos previstos na alínea o) do artigo 33º do Anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, seja atribuída uma compensação financeira à CIM-RC no montante 11.711,61 €, relativa ao Projeto do CadaSRTu RC - Cadastro Simplificado do Território Rústico - Balcões BUPI, a repartir pelos três anos de execução da candidatura de acordo com o quadro anteriormente apresentado, sendo o efetivo pagamento efetuado de acordo com a realização da despesa ao longo desse período.-----

----- A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 29 de novembro do corrente ano, deliberou por unanimidade aprovar os documentos em apreço e submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.-

----- Não havendo ninguém a querer intervir, foi posto à votação o documento em apreço, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.-----

2.13 – Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI) – Artigo 112º-A

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Pelo Sr. Presidente Jorge Custódio foi dito o seguinte:-----

----- A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 29 de novembro do corrente ano, aprovou por unanimidade e submete à Assembleia Municipal o seguinte:-----

----- Foi presente um ofício da Autoridade Tributária e Aduaneira – Direção de Serviços do



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Imposto Municipal sobre Imóveis, a comunicar que, com a publicação da Lei nº 7-A/2016 de 30 de março, prevê o nº 1 do artigo 112º-A do Código do IMI, a possibilidade de os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, nos casos de Imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, fixarem uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o Imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com a seguinte tabela:-----

Nº de dependentes a cargo	Redução fixa em (€)	Número de Agregados
1	20	111
2	40	55
3 ou mais	70	8

----- Mais refere que, nos termos do nº 14 do artigo 112º do CIMI, a deliberação de redução da taxa do IMI pela Assembleia Municipal deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, até 31 de dezembro do ano a que o Imposto se refere.-----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, foi posto à votação o documento em apreço, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.-----

2.14 – Fixação das Taxas de IMI a liquidar em 2022

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Pelo Sr. Presidente Jorge Custódio foi dito o seguinte:-----

----- A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 29 de novembro do corrente ano, aprovou por unanimidade e submete à Assembleia Municipal o seguinte:-----

----- Considerando que a Câmara Municipal tem vindo a dotar o concelho de infraestruturas necessárias e proporcionar aos munícipes um desenvolvimento harmonioso e de bem-estar social;-----

----- Considerando que os recursos financeiros são limitados, a autarquia no âmbito das suas competências, deverá usar os meios disponíveis no quadro legal vigente, para suprir tais

S.



R.

[Handwritten signatures]

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dificuldades;-----

----- Considerando a situação de dificuldades económicas com que vivem as famílias e os encargos resultantes das suas obrigações fiscais;-----

----- Atento o disposto na alínea a) do artigo 14º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, atenta na sua atual redação em vigor, que refere:-----

----- "Constituem receitas dos municípios: -----

a) O produto da cobrança do imposto municipal sobre imóveis (IMI), sem prejuízo do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 23º [que menciona que constituem receitas das freguesias: a) o produto da receita do IMI sobre prédios rústicos e uma participação no valor de 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos. (...)] -----

(...)"-----

----- Considerando o disposto no nº 1 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), na sua atual redação que refere:-----

"1 – As taxas do imposto municipal sobre imóveis são as seguintes: -----

a) Prédios rústicos: 0,8 %;-----

b) (Revogada) – art.º 204º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12;-----

c) Prédios urbanos: de 0,3% a 0,45 % (Redação da Lei nº 7-A/2016, de 31/03).-----

----- E o disposto no nº 5 do mesmo art.º 112º do CIMI onde se lê: "5 – Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro do intervalo previsto na alínea c) do nº 1, podendo esta ser fixada por freguesia."-----

----- Nos termos do disposto na al. ccc), do nº 1 do artigo 33º e para efeitos do disposto na alínea d), do nº 1 do art.º 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, sugere-se que a Assembleia Municipal fixe a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) sobre prédios urbanos, para aplicação no ano de 2021, em 0,3%;-----

----- Mais propõe que se solicite que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos nos nºs 3 e 4 do art.º 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, foi posto à votação o documento em apreço, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da lei nº 75/2013, de 12 de



S. R.

[Handwritten signatures]

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

setembro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.-----

2.15 – Proposta de Isenção Parcial relativamente à Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) nas zonas das Freguesias do Concelho, onde estão inseridos prédios urbanos com afetação Industrial para 2021, a liquidar em 2022, como medida de combate à desertificação

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Pelo Sr. Presidente Jorge Custódio foi dito o seguinte:-----

----- A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 29 de novembro do corrente ano, aprovou por unanimidade e submete à Assembleia Municipal o seguinte:-----

----- De acordo com o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei nº 73/2013, de 3/09, atenta na sua atual redação em vigor, constituem receitas dos municípios (entre outros) o produto da cobrança do Imposto municipal sobre Imóveis (IMI), com a ressalva relativa a constituir receita das freguesias o produto da receita do IMI sobre prédios rústicos e uma participação no valor de 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos.-----

----- Disposto os municípios de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, podem conceder isenções e benefícios fiscais, através de deliberação fundamentada da assembleia municipal mediante proposta da câmara municipal.---

----- Referindo o nº 2 do art.º 16º daquele diploma que *"A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios"*.-----

----- O nº 3 do mesmo artigo que *"Os benefícios fiscais referidos no número anterior devem ter em vista a tutela de interesses públicos relevantes e a sua formulação ser genérica e obedecer ao princípio da igualdade, não podendo ser concedidos por mais de cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal."*-----

----- Refere o nº 9 - *"Nos casos referidos no nº 2, o reconhecimento do direito à isenção é da competência da Câmara Municipal, no estrito cumprimento dos pressupostos fixados na deliberação da Assembleia Municipal."*-----

----- Ora, de acordo com o elemento literal, para que os municípios concedam isenções, totais ou parciais, torna-se necessário que a lei defina os termos e condições para essa atribuição,



S.

R.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estando, pois, essa concessão condicionada a tal pressuposto básico.-----

----- Assim, ao abrigo do disposto no número 6 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), na sua atual redação:-----

"6- Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem definir áreas territoriais, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, e majorar ou minorar até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto. -----

----- Pelo que,-----

----- Considerando que o concelho de Pampilhosa da Serra sofre um preocupante fenómeno de desertificação com um impacto significativo na economia local;-----

----- Considerando que é fundamental a criação de dinâmicas de desenvolvimento económico que permitam a fixação de população e que a indústria é um instrumento fundamental e potenciador da criação de postos de trabalho e, consequentemente, de fixação de pessoas;-----

----- Considerando que o Município tem vindo há algum tempo a desenvolver um conjunto de esforços no sentido de captar investimentos e empresas para o concelho de Pampilhosa da Serra;-----

----- Nos termos do disposto na al. ccc), do nº 1 do artigo 33º, para efeitos do disposto nas alíneas c) e d), do nº 1 do art.º 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do nº 2 e 9º do artigo 16º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e do nº 6 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, propõe-se à Assembleia Municipal deliberar que, nas zonas das freguesias do concelho, onde estão inseridos os artigos urbanos, com afetação Industrial, identificados no anexo à presente proposta o qual contém também a estimativa da respetiva despesa fiscal, seja minorada em 30% a taxa do Imposto municipal sobre Imóveis que vier a ser fixada para 2021, a liquidar em 2022, relativa aos mesmos prédios urbanos, cumprido que seja o prazo estabelecido no nº 3 do art.º 16º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, como medida de combate à desertificação, no concelho de Pampilhosa da Serra.-----

----- Que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos nos nºs 3 e 4 do art.º 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, foi posto à votação o documento em apreço, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da lei nº 75/2013, de 12 de



[Handwritten signatures and initials]

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

setembro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.-----

2.16 – Participação Variável no IRS

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Pelo Sr. Presidente Jorge Custódio foi dito o seguinte:-----

----- A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 29 de novembro de 2021, aprovou por unanimidade e submete à Assembleia Municipal, o seguinte:-----

----- Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, na sua redação em vigor, e do disposto no artigo 26º daquela Lei, que refere:-----

----- "1 - Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do n.º 2 do artigo 69.º.-----

----- 2 - A participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.-----

----- 3 - A ausência da comunicação a que se refere o número anterior, ou a receção da comunicação para além do prazo aí estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios.-----

----- 4 - Nas situações referidas no número anterior, ou caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa máxima definida no n.º 1, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele a que respeita a participação variável referida no n.º 1, desde que a respetiva liquidação tenha sido feita com base em declaração apresentada dentro do prazo legal e com os elementos nela constantes.-----

----- 5 - A inexistência da dedução à coleta a que se refere o número anterior não determina, em caso algum, um acréscimo ao montante da participação variável apurada com base na per-



[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

centagem deliberada pelo município.-----

----- 6 - Para efeitos do disposto no presente artigo, considera-se como domicílio fiscal o do sujeito passivo identificado em primeiro lugar na respetiva declaração de rendimentos.-----

----- 7 - O percentual e o montante da participação variável no IRS constam da nota de liquidação dos sujeitos passivos deste imposto."-----

----- O percentual de participação do IRS de 2021, a liquidar em 2022, que se considera adequado ao equilíbrio financeiro do Município é de 5%. Assim sendo, proponho a fixação da percentagem de 5% respeitante à participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Pampilhosa da Serra, a qual carece de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea ccc), do nº 1 do artigo 33º e alínea c), do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09.-----

----- Dada a palavra aos membros da Assembleia e após estes formularem as questões relacionadas com o assunto em apreço, o Senhor Presidente respondeu aos respetivos membros de acordo com as questões apresentadas.-----

----- Colocado à votação este ponto da Ordem de Trabalhos, foi o mesmo aprovado por maioria, com quatro votos contra do Partido Socialista.-----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.-----

2.17 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Pelo Sr. Presidente Jorge Custódio foi dito o seguinte:-----

----- A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 29 de novembro de 2021, aprovou por unanimidade uma proposta por si apresentada, relativamente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), que a seguir se transcreve e que se submete à Assembleia Municipal:-----

----- Dispõe a Lei das Comunicações Eletrónicas (aprovada pela Lei nº 5/2004, de 10/02, na sua atual redação, no seu artigo 106º que:-----

" [...]-----

2 — Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas,



S.

R.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrônicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), e à remuneração prevista no Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de maio, pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrônicas que pertençam ao domínio público ou privativo das autarquias locais.-----

3 - A TMDP obedece aos seguintes princípios:-----

----- a) *A taxa municipal de direitos de passagem TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da fatura mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrônicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;*-----

----- b) *O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 / perct.*-----

4 - Nos municípios em que seja cobrada TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrônicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento.-----

[...]-----

----- Assim, considerando que o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei nº 73/2013, de 3/09, atenta Declaração de Retificação nº 46-B/2013, de 1/11) refere na al. n) do seu art.º 14º, atenta à sua última redação, que constituem receitas dos municípios (entre outras) "*Outras receitas estabelecidas por lei ou regulamento a favor dos municípios*"; nos termos do disposto na al. ccc), do nº 1 do artigo 33º e para efeitos do disposto na alínea b), do nº 1 do art.º 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, sugere-se que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a fixação do percentual relativo à taxa municipal de direitos de passagem em 0,25%, a aplicar em 2022.

----- Não havendo ninguém a querer intervir, foi posto à votação o documento em apreço, tendo sido aprovado por unanimidade.

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.



[Handwritten signatures and initials]

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.18 – Regime de Atribuição de tarifa social para prestação dos Serviços de Água (Tarifa Social), estabelecido pelo Decreto-Lei nº 147/2017, de 5/12 – Verificação da manutenção dos pressupostos de atribuição

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Pelo Sr. Presidente Jorge Custódio foi dito o seguinte:-----

----- Considerando que:-----

----- "A Assembleia Municipal (sob proposta da Câmara Municipal) deliberou, em sessão ordinária realizada em 28/02/2020, aprovar:-----

----- A adesão do Município de Pampilhosa da Serra ao Regime de Tarifa Social de Água, conforme disposto no Decreto-Lei nº 147/2017, de 5/12;-----

----- A aplicação do Tarifário Social da Água às pessoas singulares, com domicílio fiscal no concelho de Pampilhosa da Serra, que cumprissem os requisitos definidos no art.º 2º do referido Decreto-Lei, cuja listagem (então anexo I) foi integralmente transcrita para a ata da referida sessão, nos termos então fixados e que compreendem: a isenção das tarifas fixas de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos urbanos e a redução das tarifas variáveis: na aplicação ao consumo total do Utilizador da tarifa variável do primeiro escalão, até ao limite mensal de 15 (quinze) m³, para os beneficiários do tarifário social, para água e saneamento e na redução de 50% do preço unitário da tarifa variável, para resíduos urbanos; --

----- E estabelecer um Protocolo entre o Município e a APIN-Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A. que regule os prazos e condições de transferência dos valores em causa, precedido de estudo prévio do impacto financeiro das isenções e reduções estabelecidas, de acordo com o número de beneficiários, e a necessária cabimentação da despesa a suportar pelo Município, uma vez que o financiamento da tarifa social será suportado pelo Município na exata medida da diferença que resultar do tarifário aplicável aos consumos reais e o resultante das isenções e reduções estabelecidas.-----

----- Mas,-----

----- Dispõe o art.º 8º do Decreto-Lei nº 147/2017, de 5/12 que:-----

"Artigo 8º

Manutenção da tarifa social

1 – A Câmara Municipal verifica a 30 de setembro de cada ano a manutenção dos pressupostos da atribuição da tarifa social, solicitando para o efeito à DGAL a atualização da informação sobre os clientes finais dos serviços de águas.-----



S.

R.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2 – A DGAL atualiza a informação junto da AT e dos Serviços da Segurança Social competentes e presta a informação solicitada pela Câmara Municipal no prazo de 20 dias, contados desde a data da receção da informação atualizada.-----

3 – Compete à Câmara Municipal informar a entidade responsável pela faturação sobre a cessão de aplicação da tarifa social aos clientes finais que deixarem de reunir os pressupostos legais, com efeitos a partir da faturação do mês seguinte à prestação da informação.”-----

----- Nesse sentido, foi solicitado à APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A. Informação atualizada sobre o universo de clientes finais. E, com base nessa informação, foi solicitado à DGAL a atualização sobre os clientes finais do fornecimento dos serviços de água que se encontram, atualmente, em situação de beneficiar da tarifa social (considerando os critérios definidos nos nºs 2 e 3 do art.2º do Decreto-Lei em questão), a qual consultou os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira.-----

----- Após o que, foram identificados por aquela entidade, em 23/08/2021, através do Portal da Direção Geral das Autarquias Locais, 365 potenciais beneficiários, com domicílio fiscal no nosso concelho, conforme listagem anexa (anexo I). Verificou-se, assim, um decréscimo no número de consumidores domésticos que reúnem as condições de elegibilidade previstas no referido diploma legal (que em dezembro de 2019 eram 400 e em 31/08/2020 eram 390). -----

----- Assim, pretendendo o Município de Pampilhosa da Serra continuar a apoiar os munícipes em situação de carência económica, de forma automática e desburocratizada, no pagamento do serviço público essencial de abastecimento de água, considerando os critérios definidos no Decreto-Lei nº 147/2017, de 5/12, assim como a informação resultante da consulta efetuada pela DGAL aos Serviços de Segurança Social e AT, encontrando-se verificada a manutenção dos pressupostos da atribuição da tarifa social aos clientes finais, com domicílio fiscal no concelho de Pampilhosa da Serra, identificados no já referido anexo I, a Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 25 de outubro de 2021, deliberou por unanimidade aprovar e tem a honra de propor à Assembleia Municipal de Pampilhosa da Serra que, após apreciação, delibere o seguinte:-----

1. Aprovar e promover a comunicação à APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., SA da cessação da aplicação da tarifa social aos clientes finais que deixaram de reunir os pressupostos legais da atribuição da tarifa social, com efeitos a partir da emissão de faturas posteriores a 02/11/2021 (inclusive), cfr. disposto no nº 3 do art.8º do Decreto-Lei nº 147/2017, de 5/12;-----



g A f

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2. Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a aplicação do Tarifário Social da Água aos beneficiários definidos no art. 2º do Decreto-Lei nº 147/2017, de 5/12, com domicílio fiscal no Concelho de Pampilhosa da Serra, identificados no anexo I à presente, a partir da faturação relativa aos consumos do mês de janeiro de 2022, nos seguintes termos:-----

2.1. Isenção das tarifas fixas de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos urbanos;-----

2.2. Redução das tarifas variáveis, nos seguintes moldes:-----

2.2.1. Na aplicação ao consumo total do utilizador da tarifa variável do primeiro escalão, até ao limite mensal de 15 (quinze) m3 para os beneficiários do tarifário social, para água e saneamento; -----

2.2.2. Na redução em 50% do preço unitário da tarifa variável, para resíduos urbanos.-----

----- (Tendo como referência o disposto no nº 6 do art. 21º do Contrato de Gestão Delegada celebrado entre as entidades delegantes (Municípios) e a entidade gestora (APIN), os tarifários especiais da APIN atualmente em vigor e o disposto nos pontos 1.6 e 1.7 da Recomendação da ERSAR nº 02/2018).-----

3. Estabelecer um Protocolo entre o Município e a APIN-Empresa Intermunicipal do Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., que regule os prazos e condições de transferência dos valores em causa, considerando o estudo prévio do Impacto financeiro mensal da aplicação do tarifário social, nos termos acima propostos, para um universo de 365 contratos domésticos (cfr. anexo II), mas acrescentando a possibilidade de se referenciar de forma pontual agregados familiares que apresentem requerimento para atribuição da tarifa social à Câmara Municipal, anexando os documentos comprovativos da sua elegibilidade (conforme previsto no ponto 7 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 147/2017, de 05/12);-----

----- Que a Divisão Financeira promova eventuais necessidades de reforço da dotação nas correspondentes rubricas do Orçamento do Município, com vista a precaver os encargos decorrentes da aplicação do tarifário Social da Água aos 365 beneficiários, nos termos acima propostos e a necessária cabimentação da despesa a suportar, uma vez que o financiamento da tarifa social é suportado pelo Município, conforme disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 147/2017, de 5/12, atenta a alteração decorrente do artigo 436º da Lei nº 75-B/2020, de 31/12. "-----

Anexo 1

Localidade	Nº Contrato	AT	Domicílio Fiscal	SS
Adurão	1257617	S	061202	N

S.



R.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Adurão	1257706	N	061202	S
Adurão	1257595	S	061202	N
Adurão	1257587	S	061202	N
Adurão	1257676	S	061202	S
Adeia Cimeira	748609	S	061206	N
Adeia Cimeira	1283677	S	061206	N
Adeia Cimeira	1273906	S	061206	S
Adeia Cimeira	1271873	S	061206	S
Adeia Cimeira	1257188	S	061206	N
Adeia Cimeira	1271849	N	061206	S
Amoreira Cimeira	1312910	S	061212	N
Amoreira Cimeira	1259342	S	061212	N
Amoreira Cimeira	1277502	S	061212	S
Amoreira Cimeira	1277391	S	061212	N
Amoreira Cimeira	1277243	S	061212	N
Amoreira Cimeira	1259032	S	061212	N
Amoreira Cimeira	1277308	S	061212	N
Amoreira Cimeira	1285602	S	061212	N
Amoreira Fundeira	1261142	S	061212	N
Amoreira Fundeira	1281259	S	061212	N
Amoreira Fundeira	1261193	S	061212	N
Aradas	1261363	S	061209	N
Aradas	1261436	S	061209	N
Aradas	1277820	S	061209	N
Aradas	1261312	S	061209	N
Armadouro	758930	S	061201	S
Armadouro	1275968	S	061201	N
Armadouro	1275925	S	061201	N
Armadouro	1247093	S	061201	N
Armadouro	1275801	S	061201	N
Armadouro	748510	S	061201	N
Armadouro	1275763	S	061201	N
Armadouro	1275828	S	061201	N
Armadouro	1275623	S	061201	N
Armadouro	1275976	S	061201	N
Armadouro	1275704	S	061201	N
Armadouro	1275739	S	061201	N
Armadouro	758264	S	061201	N

S.



R.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Armadouro	1275798	S	061201	N
Armadouro	749060	N	061201	S
Armadouro	1285041	S	061201	N
Braçal	1261452	N	061207	S
Braçal	1250639	S	061207	N
Brejo de Baixo	1247409	S	061204	N
Brejo de Baixo	1249231	S	061204	N
Brejo de Baixo	1249185	S	061204	N
Brejo de Baixo	1281399	S	061204	N
Brejo de Baixo	1249401	S	061204	S
Brejo de Baixo	1247476	S	061204	N
Brejo de Baixo	748781	S	061204	N
Brejo de Baixo	1247441	S	061204	N
Brejo de Baixo	1247280	S	061204	N
Brejo de Baixo	1249266	S	061204	N
Brejo de Baixo	1247247	S	061204	N
Brejo de Baixo	1249177	S	061204	N
Brejo de Baixo	1249371	S	061204	N
Brejo de Baixo	1249312	N	061204	S
Brejo de Cima	1249614	N	061204	S
Brejo de Cima	1249517	N	061204	S
Brejo de Cima	1251546	S	061204	N
Brejo de Cima	1292498	S	061204	N
Brejo de Cima	1249487	S	061204	S
Brejo de Cima	1282867	S	061204	N
Brejo de Cima	1311417	S	061204	S
Brejo de Cima	1251627	S	061204	N
Cabril	1251171	S	061201	N
Cabril	1253107	S	061201	N
Cadavoso	1276417	N	061206	S
Carregal	1259636	S	061202	N
Carregal	1282069	S	061202	N
Carregal	1259598	S	061202	N
Carregal	1257820	S	061202	N
Carregal	1257757	S	061202	N
Carregal	1259768	S	061202	N
Carregal	1259750	S	061202	N
Carregal	1259539	S	061202	N

S.



R.

[Handwritten signatures]

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Carregal	1257838	S	061202	S
Carregal	1259407	S	061202	N
Carregal	1259423	S	061202	N
Carregal	1281933	S	061202	N
Carregal	1304437	S	061202	N
Carvalho	1245660	S	061206	N
Carvalho	1245490	S	061206	S
Carvalho	1247565	S	061206	N
Carvalho	1285246	S	061206	N
Carvoeiro	1261576	S	061206	N
Carvoeiro	1252623	S	061207	S
Carvoeiro	1261525	S	061207	N
Carvoeiro	1252801	N	061207	S
Casal da Lapa	1280228	S	061204	N
Casal da Lapa	758060	S	061204	N
Casal da Lapa	1280120	N	061204	S
Celroco	756563	S	061211	S
Celroquinho	750565	S	061211	S
Celroquinho	1271067	S	061211	N
Celroquinho	1295942	S	061211	N
Coelhal	1262688	S	061207	N
Covanca	1273310	S	061211	N
Covanca	1284681	S	061211	N
Dornelas do Zêzere	1261843	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	748226	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1265091	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1267086	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1267124	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1259806	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1262793	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1263196	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1261916	S	061202	S
Dornelas do Zêzere	1261770	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1263463	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1262815	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1261738	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1267183	S	061202	S
Dornelas do Zêzere	1281410	S	061202	N



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dornelas do Zêzere	1264826	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1259873	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1266918	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1261746	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1263560	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1266772	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1283375	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1266799	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1263218	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1266950	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1264729	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1284339	N	061202	S
Dornelas do Zêzere	1265075	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1263366	N	061202	S
Dornelas do Zêzere	1282107	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	750042	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	1281437	S	061202	N
Dornelas do Zêzere	748285	S	061202	N
Estelro	1253840	S	061204	S
Estelro	1253867	S	061204	N
Estelro	758728	S	061204	S
Estelro	1251830	S	061204	N
Estelro	1253808	S	061204	S
Estelro	1251813	S	061204	N
Estelro	1253611	S	061204	N
Fajão	749150	S	061211	N
Fajão	1273590	N	061211	S
Fajão	1281240	S	061211	S
Fajão	1275542	N	061211	S
Fajão	1273434	N	061211	S
Foz do Ribeiro	1253280	S	061201	N
Foz do Ribeiro	1253271	S	061201	N
Foz do Ribeiro	750670	S	061201	S
Gavião de Cima	1247956	S	061206	S
Janelro de Baixo	1257889	N	061204	S
Janelro de Baixo	1255762	S	061204	S
Janelro de Baixo	1255983	N	061204	S
Janelro de Baixo	1257927	S	061204	N

S.



R.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Janeiro de Baixo	748943	S	061204	N
Janeiro de Baixo	1257870	S	061204	N
Janeiro de Baixo	1254030	S	061204	N
Janeiro de Baixo	1256165	S	061204	N
Janeiro de Baixo	1253921	S	061204	N
Janeiro de Baixo	749460	S	061204	N
Janeiro de Baixo	1255959	S	061204	S
Janeiro de Baixo	1256157	S	061204	N
Lomba da senhora	1255533	S	061201	N
Lomba da senhora	1255568	S	061201	S
Lomba do Barco	1254120	S	061206	S
Machialinho	1258168	S	061202	N
Machialinho	1258095	S	061204	S
Machialinho	1258028	S	061204	N
Machialinho	1257986	S	061204	N
Machialinho	1258222	S	061204	N
Machialinho	1257978	S	061204	N
Machio de Baixo	1267663	S	061212	N
Machio de Cima	1267701	S	061212	N
Malhada do Rei	1264389	S	061209	N
Malhada do Rei	1283316	S	061209	S
Malhada do Rei	1283758	S	061209	N
Malhada do Rei	1278452	S	061209	S
Malhada do Rei	1264354	S	061209	N
Malhada do Rei	1264443	S	061209	N
Malhada do Rei	1278231	S	061209	N
Malhada do Rei	1282670	S	061209	N
Malhada do Rei	1264338	S	061209	N
Malhada do Rei	1264230	S	061209	N
Malhada do Rei	1278002	N	061209	S
Malhada do Rei	1278061	S	061209	S
Malhadas da Serra	1264621	N	061207	S
Malhadas da Serra	1264559	S	061207	N
Malhã	1253530	N	061201	S
Maria Gomes	748137	S	061212	S
Maxial	1269003	S	061202	N
Maxial	1269089	S	061202	N
Maxial	1268970	S	061202	N

S.



R.

[Handwritten signatures and initials]

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Maxial	1268961	S	061202	N
Meãs	1284290	S	061209	N
Meãs	1266438	S	061209	S
Meãs	1266233	S	061209	S
Meãs	1284061	S	061209	N
Meãs	1266284	S	061209	N
Meãs	1266349	S	061209	N
Meãs	1266403	S	061209	N
Meãs	1266381	S	061209	N
Meãs	1266390	S	061209	N
Meãs	1266446	S	061209	N
Meãs	1278673	S	061209	N
Meãs	1278614	S	061209	N
Meãs	1266373	S	061209	N
Moninho	1254537	S	061206	N
Moninho	1297546	S	061206	N
Moninho	749281	S	061206	N
Moradlas	1256386	S	061206	N
Moradlas	1281577	N	061206	S
Padrões	1266632	S	061212	N
Padrões	1266721	S	061212	S
Pampilhosa da Serra	1248057	S	061206	N
Pampilhosa da Serra	1249797	S	061206	S
Pampilhosa da Serra	1249673	S	061206	N
Pampilhosa da Serra	1276808	S	061206	N
Pampilhosa da Serra	1250205	S	061206	N
Pampilhosa da Serra	1272497	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	1250108	S	061206	N
Pampilhosa da Serra	1246143	S	061206	N
Pampilhosa da Serra	758779	S	061206	N
Pampilhosa da Serra	749524	S	061206	N
Pampilhosa da Serra	1250248	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	1276689	S	061206	S
Pampilhosa da Serra	1248499	S	061206	S
Pampilhosa da Serra	1270435	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	1250191	S	061206	N
Pampilhosa da Serra	1270532	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	1247816	S	061206	N

S.



R.

[Handwritten signatures]

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pampilhosa da Serra	749346	S	061206	S
Pampilhosa da Serra	1274694	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	1272276	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	1313304	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	1272160	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	1261444	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	1274880	S	061206	S
Pampilhosa da Serra	759678	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	1272349	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	1270850	S	061206	S
Pampilhosa da Serra	1270257	S	061206	S
Pampilhosa da Serra	759244	S	061206	N
Pampilhosa da Serra	1319345	S	061206	S
Pampilhosa da Serra	1314050	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	1285394	S	061206	N
Pampilhosa da Serra	1268651	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	1274686	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	1328999	S	061206	N
Pampilhosa da Serra	1299476	S	061206	S
Pampilhosa da Serra	1246089	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	1330110	S	061206	S
Pampilhosa da Serra	751014	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	749664	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	1276590	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	751090	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	759872	N	061206	S
Pampilhosa da Serra	1329464	N	061206	S
Pescaneco do Melo	1256718	S	061206	N
Pescaneco do Melo	1256602	S	061206	N
Pescaneco Fundeiro	751162	S	061206	N
Pescaneco Fundeiro	1258737	S	061206	S
Pescaneco Fundeiro	1258800	S	061206	S
Pescaneco Fundeiro	1260499	S	061206	N
Pessegueiro de Baixo	1284444	S	061207	N
Pessegueiro de Baixo	1255053	S	061207	N
Pessegueiro de Baixo	1282913	N	061207	S
Pessegueiro de Cima	1268619	S	061207	N
Pisão	1269186	S	061202	S

S.



R.

Handwritten signature and initials.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pisão	1269143	S	061202	S
Portas do Souto	1269267	S	061202	N
Portas do Souto	1269194	S	061202	N
Portela de Unhais	1268678	S	061209	N
Portela de Unhais	1279149	N	061209	S
Porto de Vacas	1260065	S	061204	S
Porto de Vacas	1258354	S	061204	N
Porto de Vacas	1260219	S	061204	N
Porto de Vacas	1260375	S	061204	N
Porto de Vacas	1260286	S	061204	N
Porto de Vacas	1260006	S	061204	N
Porto de Vacas	1260430	S	061204	N
Porto de Vacas	1260014	S	061204	N
Porto de Vacas	1265180	S	061204	N
Porto de Vacas	1282115	S	061204	N
Porto de Vacas	757950	S	061204	N
Porto de Vacas	1259970	S	061204	N
Porto de Vacas	1260030	S	061204	N
Porto de Vacas	1260448	S	061204	N
Porto de Vacas	1260111	S	061204	N
Porto de Vacas	1281160	S	061204	N
Porto de Vacas	1260413	N	061204	S
Porto de Vacas	1281976	S	061204	S
Porto de Vacas	1260260	S	061204	N
Porto de Vacas	1260189	S	061204	N
Póvoa	1260553	S	061206	N
Póvoa	1260707	S	061206	N
Póvoa	1260570	S	061206	N
Póvoa	749362	S	061206	N
Póvoa	1260804	N	061206	S
Póvoa da Raposeira	1279360	S	061209	N
Póvoa da Raposeira	1268830	S	061209	N
Póvoa da Raposeira	1268759	S	061209	N
Póvoa da Raposeira	750905	S	061209	N
Póvoa da Raposeira	1279254	S	061209	N
Póvoa da Raposeira	1279262	S	061209	N
Póvoa da Raposeira	1279319	N	061209	S
Póvoa da Raposeira	1284460	S	061209	N

S. R.



Handwritten signature and initials.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Póvoa da Raposeira	1268848	S	061209	N
Praçais	1295969	S	061201	N
Ribeiro de Soutelinho	1248650	N	061212	S
Ribeiro de Soutelinho	1337297	S	061212	N
Ribeiro do Indoso	1248570	S	061212	N
Safra	1265210	S	061204	N
Seladinhos	1272667	S	061209	N
Seladinhos	750107	S	061209	N
Seladinhos	1281364	S	061209	N
Seladinhos	1279548	S	061209	N
Seladinhos	1279637	S	061209	N
Sobral de Baixo	1295381	S	061206	S
Sobral de Baixo	748765	N	061206	S
Sobral de Cima	1262505	S	061206	S
Sobral de Cima	750085	S	061206	N
Sobral Maço	1283260	S	061206	N
Sobral Maço	757802	S	061206	N
Sobral Maço	760404	S	061206	N
Sobral Valado	1265938	S	061206	N
Sobral Valado	1265598	S	061206	N
Sobralinho	1286218	S	061201	S
Sobralinho	758760	S	061206	N
Soelrinho	1268082	S	061206	S
Souto do Brejo	1265350	S	061204	S
Souto do Brejo	1267469	S	061204	N
Souto do Brejo	1265407	S	061204	N
Souto do Brejo	1265300	S	061204	S
Souto do Brejo	1281194	S	061204	S
Souto do Brejo	1267434	S	061204	N
Souto do Brejo	1265571	S	061204	N
Souto do Brejo	1282450	S	061204	N
Souto do Brejo	1265288	S	061204	N
Souto do Brejo	1298747	N	061204	S
Trinhão	1273183	S	061212	S
Trinhão	1272853	S	061212	S
Trinhão	1249061	S	061212	S
Trinhão	1272950	S	061212	S
Trinhão	750840	S	061212	N

S.



R.

[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Unhais-o-Velho	1282735	N	061209	S
Unhais-o-Velho	1274970	S	061209	N
Unhais-o-Velho	1274961	S	061209	S
Unhais-o-Velho	757756	S	061209	N
Unhais-o-Velho	1274929	N	061209	S
Unhais-o-Velho	1285815	S	061209	N
Unhais-o-Velho	1279726	S	061209	N
Vale de Carvalho	1250507	N	061206	S
Vale Grande	1257374	S	061201	N
Vale Grande	1257366	S	061201	N
Vale Grande	1257331	N	061201	S
Vale Grande	1257307	S	061201	N
Vale Perelras	1271601	N	061212	S
Vale Porco	749290	S	061206	S
Vale Serrão	1270184	S	061206	S
Vale Serrão	1270095	S	061206	N
Vidual de Cima	1285840	S	061211	N
Vidual de Cima	1280449	S	061211	N
Vidual de Cima	1277065	N	061211	S
Vidual de Cima	759694	S	061211	S
Vidual de Cima	1280864	S	061211	N
Vidual de Cima	1280783	S	061211	N

Anexo 2

Adesão ao Tarifário Social

----- A adesão dos municípios ao regime de tarifa social é voluntária, mediante deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal;-----

1. Quando a prestação dos serviços de águas é assegurada por entidade distinta do município, o financiamento da tarifa social é suportado por cada município na exata medida da diferença que resultar do tarifário em vigor aplicável e o resultante da deliberação de adesão à tarifa social;-----
2. Para efeitos de preparação da proposta de adesão, a APIN (Entidade Gestora responsável pela prestação dos serviços) prestou informação sobre o universo de clientes finais, através do envio do número de Identificação fiscal dos titulares dos contratos e do código do local de consumo, à câmara municipal; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3. Com base na referida Informação a câmara municipal solicitou à DGAL informação estatística preliminar sobre o potencial universo de beneficiários; -----
4. A DGAL respondeu com uma lista de potenciais consumidores elegíveis. Após análise e verificação da lista da DGAL por parte do município foi apurado um universo de 365 clientes; -----
5. Compete à câmara municipal Informar a entidade responsável pela faturação sobre a cessação de aplicação da tarifa social aos clientes finais que deixarem de reunir os pressupostos legais, com efeitos a partir da faturação do mês seguinte à prestação da informação.-----

Elegibilidade

- São elegíveis para beneficiar da tarifa social as pessoas singulares com contrato de fornecimento de serviços de águas e que se encontrem em situação de carência económica.-----
- Encontram-se em situação de carência económica as pessoas beneficiárias, nomeadamente, de:-----
 - Complemento solidário para idosos;-----
 - Rendimento social de Inserção; -----
 - Subsídio social de desemprego;-----
 - Abono de família;-----
 - Pensão social de Invalidez;-----
 - Pensão social de velhice.-----
- São ainda considerados em situação de carência económica os clientes finais cujo agregado familiar tenha um rendimento anual igual ou inferior a € 5 808, acrescido de 50 % por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10, ainda que não beneficiem de qualquer prestação social.-----

Tarifário

- São disponibilizados tarifários sociais aos utilizadores domésticos dos serviços de águas e gestão de resíduos urbanos nos termos seguintes:-----
 - a. Isenção das tarifas fixas até contadores de 25mm para o serviço de abastecimento de água e Isenção das tarifas fixas para os serviços de saneamento de águas residuais;-----



S. R.

2 A 4.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

b. Alargamento do 1.º escalão de consumo das tarifas variáveis, aplicáveis aos utilizadores domésticos dos serviços de abastecimento e de saneamento, até ao limite de 15 m³/30 dias;-----

- São disponibilizados tarifários sociais aos utilizadores domésticos dos serviços de gestão de resíduos urbanos, nos termos seguintes:-----

a. Isenção da tarifa fixa e 50% de redução do preço unitário da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos do serviço de gestão de resíduos urbanos.-----

- O financiamento dos tarifários sociais é suportado pelos Municípios mediante protocolo a estabelecer com a Entidade Gestora.-----

----- Na tabela ao abaixo apresenta-se a comparação entre o tarifário Doméstico e Social Doméstico para consumos entre 5 e 20 m³:-----

Consumos 30 dias (m ³)	Social Domésticos (€)	Domésticos (€)	Dif
5 m ³	5,2	16,4	11,2
10 m ³	10,4	26,5	16,2
15 m ³	15,6	36,7	21,1
20 m ³	29,6	51,1	21,6

Impacto Financeiro

- O impacto mensal da aplicação do tarifário Social para um universo de 365 contratos domésticos estima-se entre € 5.200 e € 6.800 (valores sem IVA), para consumos de água mensais entre 10 m³ e 15 m³.-----
- O apuramento dos valores acima mencionados, teve por base os seguintes pressupostos:-----
 - Consumo mensal de água entre 10 m³ e 15 m³ em 30 dias;-----
 - Taxa de atendimento ao nível do serviço de saneamento de 69%;-----
 - Taxa de atendimento ao nível do serviço de gestão de resíduos de 100%.-----

----- O impacto mensal entre € 5.200 e € 6.800, para consumos de água mensais entre 10 m³ e 15 m³, respetivamente.-----

----- Dada a palavra aos membros da Assembleia Municipal e após estes formularem as questões relacionadas com a proposta acima mencionada, o Senhor Presidente da Câmara respondeu aos respetivos membros de acordo com as questões apresentadas, esclarecendo,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

outrossim, que existem fundos disponíveis para a assunção da despesa associada à aplicação do Tarifário Social da Água aos 365 potenciais beneficiários.-----

----- Colocada a votação a proposta em apreço, a Assembleia Municipal, aprovou por unanimidade:-----

1. Aprovar e promover a comunicação à APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., SA da cessação da aplicação da tarifa social aos clientes finais que deixaram de reunir os pressupostos legais da atribuição da tarifa social, com efeitos a partir da emissão de faturas posteriores a 02/11/2021 (Inclusive), cfr. disposto no nº 3 do art.8º do Decreto-Lei nº 147/2017, de 5/12;-----

2. Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a aplicação do Tarifário Social da Água aos beneficiários definidos no art. 2º do Decreto-Lei nº 147/2017, de 5/12, com domicílio fiscal no Concelho de Pampilhosa da Serra, identificados no anexo I à presente, a partir da faturação relativa aos consumos do mês de janeiro de 2022, nos seguintes termos:-----

2.1. Isenção das tarifas fixas de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos urbanos;-----

2.2. Redução das tarifas variáveis, nos seguintes moldes:-----

2.2.1. Na aplicação ao consumo total do utilizador da tarifa variável do primeiro escalão, até ao limite mensal de 15 (quinze) m3 para os beneficiários do tarifário social, para água e saneamento; -----

2.2.2. Na redução em 50% do preço unitário da tarifa variável, para resíduos urbanos.-----
(Tendo como referência o disposto no nº 6 do art. 21º do Contrato de Gestão Delegada celebrado entre as entidades delegantes (Municípios) e a entidade gestora (APIN), os tarifários especiais da APIN atualmente em vigor e o disposto nos pontos 1.6 e 1.7 da Recomendação da ERSAR nº 02/2018).-----

3. Estabelecer um Protocolo entre o Município e a APIN-Empresa Intermunicipal do Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., que regule os prazos e condições de transferência dos valores em causa, considerando o estudo prévio do impacto financeiro mensal da aplicação do tarifário social, nos termos acima propostos, para um universo de 365 contratos domésticos (cfr. anexo II), mas acrescentando a possibilidade de se referenciar de forma pontual agregados familiares que apresentem requerimento para atribuição da tarifa social à Câmara Municipal, anexando os documentos comprovativos da sua elegibilidade (conforme previsto no ponto 7 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 147/2017, de 05/12);-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Que a Divisão Financeira promova eventuais necessidades de reforço da dotação nas correspondentes rubricas do Orçamento do Município, com vista a precaver os encargos decorrentes da aplicação do tarifário Social da Água aos 365 beneficiários, nos termos acima propostos e a necessária cabimentação da despesa a suportar, uma vez que o financiamento da tarifa social é suportado pelo Município, conforme disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 147/2017, de 5/12, atenta a alteração decorrente do artigo 436º da Lei nº 75-B/2020, de 31/12. "-----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.-----

2.19 – Afetação ao Domínio Público Municipal dos artigos urbanos sitos no lugar e Freguesia de Unhais-o-Velho, inscritos na matriz predial da mesma freguesia sob os artigos nºs: 47 e 48, descritos na Conservatória do Registo Predial sob os números 583 e 584, respetivamente.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Pelo Sr. Presidente Jorge Custódio foi dito o seguinte:-----

----- Na sequência da deliberação tomada pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 25 de março de 2019, respeitante à compra dos Imóveis supra indicados, cujo propósito seria proceder à sua demolição para efetuar o alargamento da Rua do Comércio e a construção de um largo, cumpre informar que:-----

----- Atenta a Informação Interna nº 5231, emitida em 25 de outubro de 2021 pelo Serviço de Fiscalização deste Município, na qual é confirmado que os prédios em questão já foram demolidos e a sua área integrada no Domínio Público Municipal, importa que seja deliberado acerca da sua afetação.-----

----- Assim, com vista à regularização de tal situação junto do Serviço de Finanças e da Conservatória do Registo Predial, a Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 8 de novembro de 2021, deliberou por unanimidade, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do art.33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09, atentas as alterações subsequentes em vigor), propor à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação dos artigos urbanos sitos no lugar e Freguesia de Unhais-o-Velho nºs: 47 e 48, descritos na Conservatória do Registo Predial sob os números 583 e 584 ao Domínio



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Público Municipal, nos termos da alínea q) do nº1 do artigo 25º, do diploma supra referido.-----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, foi posto à votação este ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor e duas abstenções do Partido Socialista.-----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.-----

2.20 - Afetação ao Domínio Público Municipal do artigo urbano sito no Barreiro, inscrito na matriz predial da freguesia de Pampilhosa da Serra sob o artigo nº 147 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 6357

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Pelo Sr. Presidente Jorge Custódio foi dito o seguinte:-----

----- Na sequência da deliberação tomada pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 21 de outubro de 2013, respeitante à compra do imóvel supra indicado, cujo propósito seria proceder à sua demolição para efetuar a construção de um pequeno largo/espço de lazer, com estacionamento, facilitando também a circulação de veículos automóveis naquele local, cumpre informar que:-----

----- Atenta a Informação Interna nº 5135, emitida em 20 de outubro de 2021 pelo Serviço de Fiscalização deste Município, é confirmado que o prédio em questão já foi demolido e a sua área integrada no Domínio Público Municipal, pelo que, importa que seja deliberado acerca da sua afetação.-----

----- Assim, com vista à regularização de tal situação junto do Serviço de Finanças e da Conservatória do Registo Predial, a Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 8 de novembro de 2021, deliberou por unanimidade, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do art.33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09, atentas as alterações subsequentes em vigor), propor à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação do artigo urbano sito no Barreiro, inscrito na matriz predial da freguesia de Pampilhosa da Serra sob o artigo nº 147 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 6357 ao Domínio Público Municipal, nos termos da alínea q) do nº1 do artigo 25º, do diploma supra referido.-----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, foi posto à votação este ponto da Ordem de Tra -



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

balhos, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor e duas abstenções do Partido Socialista.-----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.-----

III – PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Brito, informou que tinha três inscrições do público para intervenção e deu a palavra aos inscritos.-----

----- O Senhor Bruno Silva, residente na Castanheira da Serra, usou da palavra e, após saudar os presentes, pediu esclarecimentos sobre a implementação do parque fotovoltaico e produção de hidrogénio, no Alto do Ceira. Referiu saber da existência do projeto, mas que não se conheciam os parâmetros em que o mesmo assentava. Concluiu que, em nome próprio e em nome do movimento contra a instalação do Parque Fotovoltaico, sairia da Assembleia sem saber nada sobre o projeto. Contudo, recusando a implementação do referido projeto no Alto do Ceira, iria continuar atento.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, Jorge Custódio, que retomou o que já havia dito sobre essa questão. Referiu que não existia projeto, apenas tinha havido um interesse de uma empresa e que informou a Junta de Freguesia de Fajão-Vidual sobre essa possibilidade.-----

----- O senhor Presidente, José Brito, informou que tinha uma inscrição da Senhora Patrícia Telxela de Magalhães sobre o assunto que acabara de ser esclarecido e questionou a inscrita se pretendia intervir ou se dispensava a intervenção.-----

----- A Senhora Patrícia Telxela de Magalhães dispensou a intervenção, por estar esclarecida. -

----- Seguidamente, foi dada a palavra ao Senhor António Olivença Santos, residente em Pampilhosa da Serra, que saudou os presentes e expôs a sua preocupação com o estado das pontes rodoviárias da vila de Pampilhosa da Serra. Congratulou o Executivo Camarário pela reconstrução da Ponte Centenária de Moninho, mas deixou o alerta para a ponte do rio Unhais, dado o seu estado de degradação, na sua opinião.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Jorge Custódio referiu que, após perícias de engenheiros civis, foi evidenciado no relatório que houve uma rutura na conduta principal de saneamento, o que desencadeou o abatimento de massas finas no pavimento na ponte. Após nova inspeção, concluiu-se que a segurança da ponte não estava em causa e que o problema que teria de ser



S.

R.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

soluclonado, juntamente com a APIN, era o de repavimentação do piso, o que já estaria a ser analisado.-----

----- Por fim, o Senhor Presidente da Câmara, Jorge Custódio, e o Senhor Presidente da Assembleia, José Brito, a todos saudaram e formularam votos de um Feliz e Santo Natal e um Bom Ano Novo.-----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, quando eram vinte e quatro horas e vinte e cinco minutos, agradecendo a colaboração de todos e o seu contributo para o bem do concelho.-----

----- De tudo o que foi dito, lavrou-se a presente ata, que foi posteriormente assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Cidália Maria dos Reis Almeida, Assistente Técnica, que a redigi e subscrevi.-----


